

A COVID-19 EM MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS - VOL.2

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

ORGANIZADORES

RENATO KOCH COLOMBY

JULICE SALVAGNI

CIBELE CHERON





Prof. Me. Gil Barreto Ribeiro (PUC Goiás)

Diretor Editorial
Presidente do Conselho Editorial

Dr. Cristiano S. Araujo

Assessor

Larissa Rodrigues Ribeiro Pereira

Diretora Administrativa
Presidente da Editora

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Solange Martins Oliveira Magalhães (UFG)
Profa. Dra. Rosane Castilho (UEG)
Profa. Dra. Helenides Mendonça (PUC Goiás)
Prof. Dr. Henryk Siewierski (UnB)
Prof. Dr. João Batista Cardoso (UFG Catalão)
Prof. Dr. Luiz Carlos Santana (UNESP)
Profa. Me. Margareth Leber Macedo (UFT)
Profa. Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno (UFG)
Prof. Dr. Nivaldo dos Santos (PUC Goiás)
Profa. Dra. Leila Bijos (UnB)
Prof. Dr. Ricardo Antunes de Sá (UFPR)
Profa. Dra. Telma do Nascimento Durães (UFG)
Profa. Dra. Terezinha Camargo Magalhães (UNEB)
Profa. Dra. Christiane de Holanda Camilo (UNITINS/UFG)
Profa. Dra. Elisângela Aparecida Pereira de Melo (UFT)
Prof. Ms. Euvaldo de Sousa Costa Junior (UFPI)

Renato Koch Colomby
Julice Salvagni
Cibele Cheron
Organizadores

A COVID-19 EM MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS

Volume II

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

1ª edição

Goiânia - Goiás
Editora Espaço Acadêmico
- 2020 -

Copyright © 2020 by Renato Koch Colomby, Julice Salvagni e Cibele Cheron

Esta obra contou com um processo de avaliação por pares em um sistema double blind review. Registra-se o agradecimento aos pareceristas que participaram desse processo.

Editora Espaço Acadêmico

Endereço: Rua do Saveiro, Quadra 15, Lote 22, Casa 2

Jardim Atlântico - CEP: 74.343-510 - Goiânia/Goiás

CNPJ: 24.730.953/0001-73

Site: <http://editoraespacoacademico.com.br/>

Contatos: Larissa Pereira - (62) 98230-1212

Editoração: Franco Jr.

Imagem de capa: Fachada do Instituto de Educação General Flores da Cunha, em Porto Alegre, RS.

Fonte: Acervo da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul.

Projetado por Harryarts.com - freepik.com

CIP - Brasil - Catalogação na Fonte

C873 A Covid-19 em múltiplas perspectivas [livro eletrônico] / Organizadores Renato Koch Colomby, Julice Salvagni e Cibele Cheron. – 1. ed. – Goiânia : Editora Espaço Acadêmico, 2020.
v. ; Ebook.

Conteúdo: v. 2. Educação, ciências e cultura.

Inclui referências bibliográficas

ISBN: 978-65-00-11699-1

1. Covid-19. 2. Covid-19 - educação. I. Colomby, Renato Koch (org.). II. Salvagni, Julice (org.). III. Cheron, Cibele (org.).

CDU 616-036.21

A redação dos capítulos desta obra, quanto à forma e conteúdo, é de inteira responsabilidade dos autores.

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito dos autores.

A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

O ENSINO A DISTÂNCIA COMO ALTERNATIVA NA CRISE: UM RETRATO DA EDUCAÇÃO MERCANTILIZADA

Nicole de Souza Wojcichoski¹

Marina Guerin²

Julice Salvagni³

1. INTRODUÇÃO

A proliferação da Covid-19 – doença altamente contagiosa causada pelo novo coronavírus – tem provocado mudanças significativas na maneira com que a sociedade se organiza, mesmo que de forma temporária, em especial no que diz respeito à Educação. Universidades públicas, privadas e demais instituições de ensino superior precisaram se adequar à nova realidade, em razão de a aglomeração de várias pessoas em um único ambiente não ser recomendada, o que acabou por inviabilizar todos os tipos de aulas presenciais. Diante disso, a maior parte das instituições privadas adotou o regime de aulas a distância (UNIVERSIDADES..., 2020), reacendendo uma discussão acerca dos prós e contras dessa modalidade de ensino que vem crescendo de forma significativa no Brasil. Este estudo visa a contribuir com esses debates, dando ênfase a três aspectos: o modo como os formatos remotos ganharam expressividade nas instituições particulares de ensino superior durante pandemia de Covid-19, a relação disso com a crescente

¹ Graduanda em Administração pela UFRGS.

² Graduanda em Psicologia pela Unisinos.

³ Professora Adjunta na Escola de Administração da UFRGS.

mercantilização da Educação e alguns dos prejuízos acarretados à aprendizagem em um ambiente de ensino não presencial.

A descrença sobre a relevância do ensino oferecido nas universidades públicas e os constantes ataques que estas vêm sofrendo, como contingenciamento de gastos e desvalorização da ciência (OS ATAQUES... 2020), fazem parte de uma ideologia que sustenta a inviabilidade do acesso gratuito e universal ao ensino superior e defende a mercantilização da Educação, tornando-a um produto que pode ser vendido e comprado (PEREIRA, 2009). Como objeto passível de venda, a Educação sofre alterações, como a implementação das tecnologias incorporadas ao ensino pela globalização, onde as universidades aparecem como ferramentas para motorizar as mudanças sociais que ocorrem em razão do mercado (SOBRINHO, 2005).

As instituições de ensino superior que oferecem majoritariamente cursos a distância são voltadas para o mercado e têm como objetivo a obtenção de lucro, atraindo alunos por meio, entre outras coisas, de investimentos em *marketing*, com promessas referentes à carreira e à rápida entrada no mercado de trabalho (CARVALHO, 2013). Com o isolamento social decorrente da pandemia, o governo precisou buscar soluções para possibilitar que as instituições de ensino – especialmente as privadas – sigam ofertando as aulas, “tendo em vista a quebra de contrato na relação de consumo, caso deixem de ofertar, aos alunos, o ensino” (BARBOSA; VIEGAS; BATISTA, 2020, p. 257). Com isso, as instituições de ensino presencial foram autorizadas a operarem na modalidade a distância, dando continuidade aos planos de ensino. A maioria das universidades públicas, por sua vez, optou por suspender as aulas da graduação (MAIORIA..., 2020).

Com as aulas *online* e a conseqüente dependência da rede de internet, os debates em sala de aula são comprometidos, o que torna a aula, por vezes, apenas uma explanação do professor, centrada nele mesmo. A ausência do debate na universidade é preocupante no sentido de poder vir a transformar o conhecimento em algo deslocado da sociedade e considerado dispensável pelo aluno. Sobre isso, Sobrinho (2005, p. 165) aponta que,

se a universidade não toma distância crítica para melhor ver a sociedade, ela se perde, e, então, perde a sociedade sua mais legítima instância de reflexão e de síntese. Se a universidade adere acriticamente aos “objetivos” da sociedade, hoje mais identificados com a orientação tecnocrática e gestionária, ela abdica de sua função de formação, de educação e de autonomização dos sujeitos, em favor da organização da produção e de um pretendido controle das relações entre indivíduos.

Como resultado, alunos em todo país reclamam das condições de aprendizagem, pedem redução nas mensalidades ou abandonam os cursos (PALHARES, 2020), reafirmando o fato de que a Educação Superior não é prioridade em um cenário de crise econômica. A insatisfação dos alunos com a modalidade de educação a distância pode, também, ser resultado da falta de instruções que as universidades passaram aos professores para o uso de ferramentas *online* (BARBOSA; VIEGAS; BATISTA, 2020).

2. A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Os censos educacionais realizados anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), pertencente ao Ministério da Educação, têm mostrado um crescimento significativo entre alunos do ensino superior que estudam por meio da modalidade de educação a distância. Em 2017, mais de 33% dos alunos ingressaram na graduação por esta modalidade (BRASIL, 2020a), número que cresceu 27,9% no ano seguinte, chegando a 40% dos estudantes de ensino superior (BRASIL, 2020b). O aumento de estudantes e cursos oferecidos nessa forma de ensino é ainda mais visível quando comparado com os dados da década anterior, onde, em 2006, apenas 4,2% dos alunos faziam cursos a distância, e 7% em 2007 (PEREIRA, 2009).

Esses dados são reflexos das mudanças sociais ocorridas desde o século XX, especialmente na segunda metade, no qual “o amplo desenvolvimento do aparelho escolar [...] respondeu às exigências produtivas de um maior nível educacional” (PEREIRA, 2009, p. 269), voltado à produção e ao

consumo em massa após a instituição do padrão industrial fordista. Esse desenvolvimento foi também uma resposta “às lutas da classe trabalhadora pela socialização do conhecimento gerado pela humanidade” (PEREIRA, 2009, p. 269). A popularização da Educação Superior, entretanto, tomou um rumo diferente com a expansão das políticas neoliberais no mundo a partir de 1980, conforme se registra:

No contexto de aprofundamento do projeto neoliberal, políticas sociais como saúde, previdência e educação – antes implementadas através da ação estatal e com cunho universal – foram relegadas a último plano, com ações focalistas dos Estados e, ao mesmo tempo, ampla abertura para a exploração mercadológica de tais necessidades sociais. Saúde, previdência e educação passaram a ser concebidas como “serviços”, cujos objetivos pautam-se na lógica mercantil e têm como finalidade última a obtenção do lucro (PEREIRA, 2009, p. 269).

O ensino superior tornou-se um negócio lucrativo a ser explorado por corporações e grupos empresariais, tendo como meio de expansão algumas bases ideológicas que ignoram a divisão de classes existente e fomentam a ideia de um mundo globalizado por meio da educação e amplamente dependente da tecnologia, vista como solução dos problemas da sociedade (PEREIRA, 2009). De acordo com Lima e Martins (*apud* PEREIRA, 2009), a desconsideração das classes sociais abre espaço para novas ideologias baseadas na manutenção do capitalismo, na defesa de ideias liberais e nas atitudes individuais para a resolução de problemas sociais. Nesse modelo ideológico liberal, a Educação tem o objetivo de formar profissionais essencialmente técnicos e reduzidos a atividades de treinamento, sem “a possibilidade da crítica ao *status quo*” (PEREIRA, 2009, p. 270). Assim, a autora fala que “a EaD configura-se, portanto, como uma via extremamente lucrativa para a expansão capitalista e a formação de intelectuais necessários à ordem burguesa” (PEREIRA, 2009, p. 270).

No Brasil, a Educação Superior mercantilizada é uma realidade comprovada pelos dados do Censo da Educação Superior. Em 2018, existiam

199 universidades no país, correspondentes a apenas 7,8% do total de Instituições de Ensino Superior (IES). Neste ano, 93,8% do total de vagas oferecido ocorreu nas instituições privadas (BRASIL, 2020b). O maior número de IES correspondia a faculdades (81,5%), que não são obrigadas a realizar pesquisas (PEREIRA, 2009), e esse número de faculdades chega a 86,2% ao considerar-se apenas as organizações privadas (BRASIL, 2020b).

A partir de 2007, as empresas educacionais abriram capital na bolsa de valores, manifestando o caráter mercantilista da Educação oferecida por elas, e, deste ano em diante, diversas fusões, aquisições e transações foram realizadas no setor, levando-o à terceira posição no *ranking* econômico nacional em 2008 (CARVALHO, 2013). Conforme Carvalho (2013, p. 765),

nas instituições mercantis, a escolha programática é limitada e a maioria dos cursos é orientada para os negócios, sendo que essas evitam perspectivas teóricas que não sejam imediatamente aplicáveis e relevantes ao trabalho, da mesma forma que não há necessidade de pesquisa por parte dos professores, nem existe qualquer expectativa de serviço à comunidade.

Uma das estratégias utilizadas pelas empresas educacionais é o investimento em *marketing*, criando peças publicitárias que abordam principalmente assuntos como a entrada rápida no mercado de trabalho e que divulgam descontos e promoções nas mensalidades, “em clara competição predatória com o intuito de baratear para obter ganho em escala, sendo que o consumidor fica seduzido pelo preço a despeito da qualidade do serviço oferecido” (CARVALHO, 2013, p. 768). Com isso, pessoas que não têm condições financeiras de se estabelecerem em universidades com pesquisa e qualidade comprovada de ensino sentem-se atraídas pela possibilidade de obterem uma formação por um valor reduzido.

As instituições de ensino superior privadas são incentivadas também por programas governamentais, cujas peculiaridades “reforçam, com um verniz democratizante, o processo de mercantilização da educação superior” (PEREIRA, 2009, p. 272). Alguns dos programas e das alternati-

vas utilizados são o ProUni, o FIES e as parcerias público-privadas com as universidades públicas, de modo que o governo “mantém o setor privado como central na oferta de vagas no nível superior de ensino, majoritariamente em IES não universitárias, passando ao largo da dimensão da pesquisa” (PEREIRA, 2009, p. 272). Por intermédio desses programas, diversas instituições com fins lucrativos tiveram a desoneração fiscal restabelecida, podendo simultaneamente receber recursos públicos indiretos e lograr os benefícios de estarem no mercado financeiro (CARVALHO, 2013). Diante disso, a educação a distância – mesmo com possíveis prejuízos à aprendizagem – mostra-se uma modalidade de ensino mais barata para o consumidor e menos custosa à empresa, cujo objetivo é a obtenção de lucro.

3. O PAPEL DA PRESENÇA FÍSICA NA APRENDIZAGEM

Com o início da pandemia de Covid-19, as instituições de ensino superior se viram obrigadas a suspenderem as aulas presenciais em todo o país, de modo a possibilitarem o distanciamento social essencial à contenção da doença. Diante desse cenário, houve a necessidade da autorização do ensino a distância para as instituições com aulas presenciais, dada pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da portaria n. 343 de 17 de março de 2020, permitindo a substituição das aulas presenciais por aulas que favoreçam os meios e as tecnologias de informação e comunicação (BARBOSA; VIEGAS; BATISTA, 2020). A portaria valia, inicialmente, por trinta dias, sendo prorrogada até dezembro (MEC..., 2020) em face das orientações dos órgãos competentes, como Ministério da Saúde e demais secretarias de saúde estaduais e municipais.

Enquanto as instituições de ensino superior privadas usufruíram da autorização do MEC para as aulas a distância, a maior parte das instituições públicas suspenderam as aulas, alegando, pelo menos em um primeiro momento, que a educação não presencial não possui a qualidade usual e que muitos alunos não têm acesso aos meios necessários para que as aulas *online* ocorram (UNIVERSIDADES..., 2020). Em contrapartida, enquanto as

instituições privadas buscam formas de não cederem à pressão dos alunos pela redução do valor das mensalidades, já que muitos estudantes não têm conseguido arcar com os custos em razão da crise, houve um aumento de forma significativa do número de alunos inadimplentes e de cancelamentos de matrículas, mesmo nos cursos a distância (AGÊNCIA O GLOBO, 2020). Com a inadimplência atingindo 26,3% dos alunos de ensino superior da rede privada e com a evasão dada pela ausência de recursos decorrente da crise econômica e pela insatisfação dos alunos, “o setor pediu ao Ministério da Educação que amplie o número de vagas para o FIES (Financiamento Estudantil) e ProUni (Programa Universidade para Todos) neste ano para tentar conter o abandono de parte dos estudantes” (PALHARES, 2020), demonstrando a influência que o Estado possui no acesso ao ensino superior.

O descontentamento dos alunos de cursos presenciais com as aulas a distância é o resultado deste modelo de ensino, utilizado em caráter emergencial, onde o encontro e o debate não são possíveis. Para Morin (2002) o contexto, o global, o multidimensional e a noção de complexidade são os elementos-chaves para que o conhecimento possa ter sentido. A inclusão da dimensão do humano e da sociedade no aluno é algo que deve ser anterior à imersão deste no novo conhecimento. As “unidades complexas, como o ser humano ou a sociedade, são multidimensionais: desta forma, o ser humano é ao mesmo tempo biológico, psíquico, social, afetivo e racional” (MORIN, 2002, p. 38). A ausência do debate é altamente perigosa no sentido de poder vir a transformar o conhecimento em algo deslocado, desnecessário e, desse modo, a ser considerado dispensável pelo aluno já imbuído da lógica da hiperespecialização, onde parece ser deixado de lado tudo o que não for um conhecimento central e focado no objeto a ser desvendado.

Outra característica do ensino presencial que é dificultada ou se torna inviável na modalidade a distância é o desvio do conteúdo programado para a aula, causado por dúvidas e questionamentos. Tais eventos são vistos como algo não só comum ao exercício da sala de aula, como ainda fundamentais ao despertar do aluno às diferentes formas de pensar. Ao inserir-se nas discussões sobre a metodologia de ensino, esses episódios deixam de

ser considerados como problemas e passam a ser considerados uma refinada característica de sala de aula. Esse aspecto só é perceptível em um formato de aula no qual o professor está aberto para receber o conhecimento prévio de seus alunos e tem a sabedoria de tratar essa informação em formato de debate, a fim de levantar outras possibilidades de pensar. Isso tudo, porque “ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2010, p. 22). Além disso, ao contrário do que se pode por vezes pensar, “transgredir” a pauta acadêmica dos conteúdos programáticos, proporcionando espaços de trocas e discussões em sala de aula, é uma importante forma de se construir o conhecimento dos alunos, o que acaba não sendo possível em um modelo de aulas no qual os alunos participam de maneira passiva.

Para Freire (2000, p. 33), “transformar a experiência educativa em puro conhecimento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador”. Esse caráter formador é possibilitado por discussões que podem obrigar o professor a incluir novos conhecimentos, considerados essenciais à formação e até então ausentes na composição da disciplina. Nessa perspectiva, o debate, a discussão e os demais formatos de troca em sala de aula, seja dos alunos entre si, seja por intermédio do professor, devem ser incentivados e provocados como um método de ensino central. Esse método

trata-se de uma ação de ensino da qual resulta a aprendizagem do estudante, superando o simples dizer do conteúdo por parte do professor, pois é sabido que na aula tradicional, que se encerra numa simples exposição de tópicos, somente há garantia da citada exposição de tópicos, e nada se pode afirmar acerca da apreensão do conteúdo pelo aluno. Nessa superação da exposição tradicional como única forma de explicar os conteúdos é que se inserem as estratégias de ensinagem (ANASTASIOU; ALVES, 2006, p. 15).

Esse é um compromisso do professor universitário não só com a Educação, mas também com a construção e transformação da sociedade de modo geral. Além de estarem comprometidas em ofertar um ensino de

qualidade, baseado no debate e na construção coletiva, as universidades realizam outras atribuições que reforçam seu papel perante a sociedade. Nas universidades públicas, cujas aulas da graduação foram suspensas em decorrência da pandemia de Covid-19 pelo menos no primeiro semestre de 2020, algumas atividades continuaram acontecendo, como as aulas da pós-graduação, as pesquisas e os projetos de extensão. Desse modo, mesmo com a paralização da graduação, as universidades públicas seguem ativas e presentes em diversas comunidades, mostrando, inclusive, a importância central da ciência no combate à pandemia. O papel desempenhado por elas tem se mostrado essencial, podendo-se citar como exemplos a produção e doação de equipamentos de proteção individual (ALUNOS..., 2020), a realização de testes da doença (UFRGS..., 2020) e até mesmo a produção de vacinas (NANOVACINAS..., 2020), essenciais para a erradicação do vírus.

Em contrapartida, as universidades particulares, em sua maioria, continuam com o modelo de ensino remoto sem saberem se os alunos e professores possuem as ferramentas necessárias para o acesso às aulas. Barbosa, Viegas e Batista (2020) fizeram um estudo sobre educação remota em período de distanciamento social, onde foi constatado que 41,9% dos professores de redes públicas e privadas não sabiam utilizar os recursos eletrônicos para a aula *online*. A pesquisa ainda apontou que 79% dos professores não receberam nenhum tipo de auxílio financeiro para ministrarem as aulas, dependendo apenas de recursos próprios. 59,7% dos professores responderam que os alunos estão frequentando menos os espaços de ensino-aprendizagem *online* do que o presencial. Quanto aos recursos de acesso, “49,9% [dos alunos] disseram ser o celular o mais utilizado, e dentre as dificuldades apresentadas para assistirem as aulas, 33,9% atrelaram ao acesso a rede de internet” (BARBOSA; VIEGAS; BATISTA, 2020, p. 273).

Cabe-nos salientar que muitas universidades privadas de caráter comunitário, que são embasadas por programas de pesquisa, embora tenham mantido as aulas a distância, apresentam-se atentas às questões sociais emergentes do momento. Universidades da região metropolitana de Porto Alegre, como a PUCRS (BIOLOGIA..., 2020), a Unisinos (UNISINOS...,

2020) e a Feevale (FEEVALE..., 2020) estão diretamente envolvidas na busca de recursos para auxiliarem as universidades públicas nas pesquisas de contenção da disseminação do vírus e na busca da cura. A mercantilização é um movimento que se apresenta com uma maior expressividade a cada ano, porém as universidades particulares tradicionais ligadas à filantropia preservam-se conectadas à comunidade em momentos como este.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de Covid-19 fez com que estudantes da graduação na modalidade presencial pudessem experimentar as dificuldades e os benefícios da educação a distância, ao passo que os alunos das universidades públicas foram obrigados a adiarem os planos de formatura por tempo indeterminado. Diversas universidades, mesmo que privadas e pouco acessíveis, ainda oferecem um ensino de qualidade, alinhado às necessidades da comunidade e da sociedade como um todo e produzem ciência por meio das pesquisas.

Nas instituições que não visam ao lucro, os valores elevados das mensalidades custeiam os salários de professores qualificados e toda a estrutura física oferecida, fato que não ocorre em instituições cuja necessidade de lucro perpassa a qualidade do ensino, de modo a tratar os professores e demais funcionários como meros custos de produção. Com o aumento de empresas de educação voltadas ao ensino superior, há casos em que quem passa a ser valorizado é o professor com menor grau de formação, unicamente por ter um salário inferior.

No cenário posto pela pandemia, os alunos que passaram a ter aulas a distância vivenciam a ausência dos debates e das trocas de conhecimento proporcionados nas salas de aula e experienciam o esvaziamento de sentido daquele espaço de aprendizagem, que se torna um mero local para a absorção de conteúdos. A manutenção do espaço virtual como possibilidade de debate cabe à prática de cada professor, mas torna-se mais difícil de ser mantida devido às intercorrências tecnológicas, como problemas de rede e de aparelhos eletrônicos. As instituições privadas, no entanto, não pare-

cem ver alternativa para continuarem mantendo as contas em dia, uma vez que estão imbuídas na lógica do mercado, onde o que as sustentam são os valores em dinheiro pagos pelos alunos ou pelo governo nos programas de acesso ao ensino superior.

Nas universidades e instituições públicas, por outro lado, a suspensão das aulas parece ser a forma mais adequada de passar por esse período em que a manutenção da saúde das pessoas é uma prioridade. Há momentos mais recentes de consolidação de programas de ensino remoto nas universidades federais, mas que são acompanhados por treinamentos aos discentes e docentes, programas de apoio técnico para aquisição de equipamentos e programas, plataformas e grupos de suporte, entre outros. Os planos daqueles que já estão nessas instituições ou que pretendiam ingressar estão sendo adiados, fato que só será um problema caso o aumento da desigualdade distancie ainda mais as pessoas de baixa renda da graduação. Nesse meio tempo, as universidades públicas e privadas com caráter comunitário seguem conectadas às comunidades e comprometidas em entregar ciência e conhecimento para a sociedade e em mitigar, na medida do possível, os danos causados pela pandemia de Covid-19.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA O GLOBO. Com inadimplência e evasão em alta na pandemia, 30% das instituições de Ensino Superior podem fechar em 2020. *Pequenas Empresas e Grandes Negócios*, 25 maio 2020. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Banco-de-ideias/Educacao/noticia/2020/05/com-inadimplencia-e-evasao-em-alta-na-pandemia-30-das-instituicoes-de-ensino-superior-podem-fechar-em-2020.html>. Acesso em: 19 jun. 2020.

ALUNOS e pesquisadores de instituições públicas produzem e doam EPIs. *Observatório do Terceiro Setor*, 29 abr. 2020. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/alunos-e-pesquisadores-instituicoes-publicas-produzem-epis/>. Acesso em: 24 jun. 2020.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo; ALVES, Leonir Pessate (Org.). *Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em sala de aula*. Joinville: Univille, 2006.

BARBOSA, Andre Machado; VIEGAS, Marco Antônio Serra; BATISTA, Regina Lucia Napolitano Felício Felix. Aulas presenciais em tempos de pandemia: relatos de experiências de professores do nível superior sobre as aulas remotas. *Revista Augustus*, v. 25, n. 51, p. 255-280, 2020.

BIOLOGIA molecular: desvendando a Covid-19 através da pesquisa. PU-C-RS, Porto Alegre. 17 de jun. de 2020. Disponível em: <http://www.pucrs.br/blog/biologia-molecular-desvendando-a-covid-19-atraves-da-pesquisa/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. INEP/MEC. Resumo técnico do censo da educação superior 2017. Brasília, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2017.pdf. Acesso em: 17 jun. 2020a.

BRASIL. INEP/MEC. Censo da educação superior 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 17 jun. 2020b.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 54, jul./set. 2013.

FEEVALE acelera análise de pesquisas relacionadas à Covid-19. FEEVALE, Novo Hamburgo, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.feevale.br/acontece/noticias/feevale-acelera-analise-de-pesquisas-relacionadas-a-covid-19>. Acesso em: 25 jun. 2020.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MAIORIA das universidades públicas do RS não adere ao ensino a distância durante a pandemia. *Gaúcha ZH*, Porto Alegre, 14 maio 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/coronavirus-servico/noticia/2020/05/maioria-das-universidades-publicas-do-rs-nao-adere-ao-ensino-a-distancia-durante-a-pandemia-cka7bzwep006e015nzw28d49q.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

MEC autoriza aulas por meios digitais até dezembro para ensino superior. *UOL*, São Paulo, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/06/17/mec-autoriza-ead-ate-dezembro-e-estagio-a-distancia-para-ensino-superior.htm>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Brasília: UNESCO, 2002.

NANOVACINAS em produção na USP podem ser mais eficientes contra a covid-19. *Jornal da USP*, 15 jun. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/nanovacinas-em-producao-na-usp-podem-ser-mais-eficientes-contr-a-covid-19/>. Acesso em: 24 jun. 2020.

PALHARES, Isabela. Pandemia pode tirar 484 mil alunos do ensino superior no país, projeta sindicato de mantenedoras. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/pandemia-pode-tirar-484-mil-alunos-do-ensino-superior-no-pais-projeta-sindicato-de-mantenedoras.shtml>. Acesso em: 22 jun. 2020.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. *Rev. Katál*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 268-277, jul./dez. 2009.

SOBRINHO, José Dias. Educação superior, globalização e democratização: qual universidade? *Revista Brasileira de Educação*, n. 28, p. 164-173, 2005.

UFRGS vai realizar até 500 testes de Covid-19 por dia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 26 mar. 2020. Notícias. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/ufrgs-vai-realizar-ate-500-testes-de-covid-19-por-dia>. Acesso em: 24 jun. 2020.

UNISINOS é parceira de pesquisa sobre a Covid-19 desenvolvida pela UFPEL. UNISINOS, Porto Alegre, 05 junho 2020. Disponível em: <http://www.unisinos.br/noticias/universidade/unisinos-e-parceira-de-pesquisa-sobre-a-covid-19-desenvolvida-pela-ufpel>. Acesso em: 25 jun. 2020.

UNIVERSIDADES públicas suspendem aulas virtuais em meio ao coronavírus; particulares se mobilizam contra redução de mensalidades. *G1*, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/03/27/universidades-publicas-suspendem-aulas-virtuais-em-meio-ao-coronavirus-particulares-se-mobilizam-contr-reducao-de-mensalidades.ghtml>. Acesso em: 19 jun. 2020.

OS ATAQUES à universidade pública. *Jornal da USP*, 14 maio 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/os-ataques-a-universidade-publica/>. Acesso em: 23 de jun. 2020.